

22 mil casamentos são desfeitos

Número é o registrado em Curitiba; Lei do Divórcio, implantada em 1977, passou

Falar em divórcio, até a década de 80, para a maioria das pessoas era o mesmo que admitir a “incompetência em manter a vida a dois”. Na época, a incompatibilidade de gênios, de agendas, o interesse em preservar a independência e até mesmo a traição — motivos comuns para boa parte das separações hoje — não eram razões lógicas para que um casal chegasse à separação. A própria lei dificultava este processo, fazendo com que muitas famílias permanecessem unidas apenas por conveniência.

Apesar da Lei do Divórcio ter sido implantada em 1977, há apenas dez anos o processo foi facilitado pela legislação. Nos últimos cinco anos, as quatro Varas de Família de Curitiba registraram 12.922 pedidos de divórcio e outros 9.191 processos de separação. Ou seja, 22.113 uniões foram desfeitas oficialmente neste período.

Mudanças

Quem já foi casado, pela lei, só pode se unir novamente se estiver divorciado. A advogada Margareth Zanardini, que trabalha há mais de 20 anos com Direito de Família, lembra que a Lei 7.841, de 17 de outubro de 1989, facilitou o processo de divórcio, pois revogou os artigos 38 e 40 da Lei do Divórcio.

Pelo artigo 38, o divórcio era permitido apenas uma única vez. Ou seja, quem fosse divorciado, se casasse novamente, mas tivesse a infelicidade do casamento não dar certo, não poderia se unir a outra pessoa legalmente. “Este artigo era inconstitucional, tinha que ser deixado de lado”, salienta a advogada.

Já com a revogação do artigo 40, os prazos para que o divórcio fosse efetuado diminuíram, além de eliminar o termo “desquite”, que veio a ser substituído pela



“separação”. Até então, a separação judicial só poderia ser pedida após cinco anos. Margareth lembra que hoje o divórcio pode ser concretizado após um ano de prévia separação judicial ou então depois de dois anos que o casal está separado. A separação, nestes casos, é convertida em divórcio.

Discriminação

Até 1989, enfrentar um processo de separação não exigia apenas a decisão de “desmontar”

a estrutura familiar, mas enfrentar a discriminação imposta pela sociedade. O termo “desquitado” principalmente para as mulheres, era uma designação pejorativa. Para Margareth Zanardini, apesar dessa evolução, ainda existem muitos itens do Código Civil que necessitam de reformulação. Ela cita o exemplo da possibilidade de anulação do casamento, caso o marido descubra que a mulher não era mais virgem. “Há ainda

muita coisa que necessita ser mudada, mas é um processo lento.”

“Hoje a mulher não se sente tão marginalizada depois da separação. O que ocorre é a dificuldade das famílias se adequarem a uma segunda relação. Geralmente forma-se um preconceito contra a segunda mulher”, analisa.

Danielle Blaskiewicz

22 mil casamentos são desfeitos

Número é o registrado em Curitiba; Lei do Divórcio, implantada em 1977, passou

Falar em divórcio, até a década de 80, para a maioria das pessoas era o mesmo que admitir a "incompetência em manter a vida a dois". Na época, a incompatibilidade de gênios, de agendas, o interesse em preservar a independência e até mesmo a traição — motivos comuns para boa parte das separações hoje — não eram razões lógicas para que um casal chegasse à separação. A própria lei dificultava este processo, fazendo com que muitas famílias permanecessem unidas apenas por conveniência.

Apesar da Lei do Divórcio ter sido implantada em 1977, há apenas dez anos o processo foi facilitado pela legislação. Nos últimos cinco anos, as quatro Varas de Família de Curitiba registraram 12.922 pedidos de divórcio e outros 9.191 processos de separação. Ou seja, 22.113 uniões foram desfeitas oficialmente neste período.

Mudanças

Quem já foi casado, pela lei, só pode se unir novamente se estiver divorciado. A advogada Margareth Zanardini, que trabalha há mais de 20 anos com Direito de Família, lembra que a Lei 7.841, de 17 de outubro de 1989, facilitou o processo de divórcio, pois revogou os artigos 38 e 40 da Lei do Divórcio.

Pelo artigo 38, o divórcio era permitido apenas uma única vez. Ou seja, quem fosse divorciado, se casasse novamente, mas tivesse a infelicidade do casamento não dar certo, não poderia se unir a outra pessoa legalmente. "Este artigo era inconstitucional, tinha que ser deixado de lado", salienta a advogada.

Já com a revogação do artigo 40, os prazos para que o divórcio fosse efetuado diminuam, além de eliminar o termo "desquite", que veio a ser substituído pela



"separação". Até então, a separação judicial só poderia ser pedida após cinco anos. Margareth lembra que hoje o divórcio pode ser concretizado após um ano de prévia separação judicial ou então depois de dois anos que o casal está separado. A separação, nestes casos, é convertida em divórcio.

Discriminação

Até 1989, enfrentar um processo de separação não exigia apenas a decisão de "desmontar"

a estrutura familiar, mas enfrentar a discriminação imposta pela sociedade. O termo "desquitado" principalmente para as mulheres, era uma designação pejorativa. Para Margareth Zanardini, apesar dessa evolução, ainda existem muitos itens do Código Civil que necessitam de reformulação. Ela cita o exemplo da possibilidade de anulação do casamento, caso o marido descubra que a mulher não era mais virgem. "Há ainda

muita coisa que necessita ser mudada, mas é um processo lento."

"Hoje a mulher não se sente tão marginalizada depois da separação. O que ocorre é a dificuldade das famílias se adequarem a uma segunda relação. Geralmente forma-se um preconceito contra a segunda mulher", analisa.

Danielle Blaskiewicz

em cinco anos

ser acessível nos últimos dez anos